



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO 18/2025 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 25 de junho de 2025

Dispõe sobre a aprovação do regulamento que estabelece normas para as eleições de coordenadores de cursos e áreas no âmbito do IFPB.

A presidente do **Conselho Superior (CONSUPER) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 18 de outubro de 2022, publicado no diário oficial de 19 de outubro de 2022 e pelo art. 10, § 1º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que estabelece normas e procedimentos para as eleições de coordenadores de cursos e áreas no âmbito do IFPB, conforme indicado no anexo abaixo.

Parágrafo único. O documento foi deliberado e aprovado na 61ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 05 de junho de 2025, conforme o processo nº 23381.004370.2024-60.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

(assinado eletronicamente)

Mary Roberta Meira Marinho

Reitora e Presidente do Conselho Superior do IFPB

ANEXO

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA FINALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 1º Este regulamento fixa critérios para a organização, realização e apuração dos resultados do processo de consulta para escolha do(a) coordenador(a) de cursos (técnicos, de graduação e pós-graduação) ou Coordenações de Área(s) do IFPB.

Parágrafo único: Entende-se por Coordenações de Área(s), aquelas relacionadas áreas do conhecimento do núcleo comum (linguagens, matemática, educação física, ciências da natureza, ciências humanas, artes, entre outras), conforme organograma institucional de cada Campus.

TÍTULO II DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I DO PROCESSO ELEITORAL SIMPLIFICADO

Art. 2º O processo eleitoral para constituição da Coordenação de Curso ou Coordenação de Área será regulado por edital de convocação elaborado pela Comissão Eleitoral, nomeada pela Direção Geral do Campus e o resultado encaminhado à Direção Geral, para homologação e publicação por meio de portaria.

§ 1º Nos casos em que não haja candidatos inscritos para vaga, a indicação para Coordenação de Curso ou Coordenação de Área dar-se-á pela Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, mediante convocação de reunião com os docentes da respectiva área e/ou curso;

CAPÍTULO II DO PROCESSO ELEITORAL TRADICIONAL

Seção I Da Comissão Eleitoral

Art. 3º O processo de eleição das coordenações de cursos ou de áreas será coordenado por uma Comissão Eleitoral, nomeada pela Direção Geral do Campus formada por, pelo menos, três integrantes da comunidade acadêmica (discentes, docentes e/ou técnico-administrativos), prevendo, sempre que possível, a paridade entre os segmentos, que deverá:

- I - divulgar o processo eleitoral, no âmbito do Campus/Unidade de ensino;
- II - propiciar a inscrição dos(as) candidatos(as) e a homologação das candidaturas;
- III - providenciar as listas de votação por segmento;
- IV - providenciar as cédulas de votação, bem como rubricá-las;
- V - indicar os membros que comporão a mesa de votação e apuração;
- VI - realizar a apuração da votação;
- VII - exarar ata circunstanciada da votação e da apuração de votos;
- VIII - encaminhar o resultado das eleições a Direção Geral do Campus/Unidade de ensino, para homologação e publicação por meio de portaria;
- IX - Assegurar a inviolabilidade das urnas;
- X - Elaborar o edital do processo eleitoral;
- XI - demais atividades correlacionadas ao processo eletivo.

Seção II
Dos(das) Candidatos(as)

Art. 4º Podem se candidatar para a função de Coordenação de Curso ou Coordenação de Área, qualquer docente do quadro permanente do Campus demandante, em efetivo exercício.

Art. 5º Do Direito do Voto

§ 1º Coordenação de Curso: Poderão votar os seguintes membros da comunidade acadêmica, vinculados ao respectivo curso:

I - Servidores docentes do quadro permanente do Campus demandante, em eletivo exercício no curso correspondente;

II - Técnicos administrativos lotados na Direção de Desenvolvimento de Ensino e com atuação no curso, conforme relação de habilitados definida pela comissão eleitoral;

III - Discentes regularmente matriculados no respectivo curso.

Parágrafo único. Consideram-se regularmente matriculados os(as) discentes que apresentarem, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), status de “matriculado(a) no período letivo em que ocorrer o processo eleitoral tradicional.

§ 2º Coordenação de Área: Poderão votar os seguintes servidores vinculados à respectiva área:

I - Servidores docentes do quadro permanente do Campus demandante, em efetivo exercício na área correspondente

II - Servidores Técnicos Administrativos do quadro permanente do Campus demandante, em efetivo exercício na área correspondente

CAPÍTULO III
DAS INSCRIÇÕES E DA VOTAÇÃO

Seção I
Das Inscrições

Art. 6º As inscrições dos(as) candidatos(as) para a função de Coordenador(a) de Curso ou Coordenador(a) de Área serão realizadas por meio de Processo Eletrônico no SUAP, conforme os passos a seguir: Tipo de processo: registro de candidatura; Assunto “Processo Eleitoral para Escolha de Coordenação de Curso (incluir nome do curso) / Coordenação de Área (incluir nome da área)”; Encaminhar – sem despacho – auto completar – Comissão eleitoral local do Campus xxxxxx.

Art. 7º O(a) candidato(a) deverá anexar ao processo do pedido de inscrição, documento comprovando sua vinculação com o Campus, Curso ou Área, sendo indeferida a inscrição caso não seja enviado.

Parágrafo único: Após o envio das inscrições à Comissão Eleitoral, essas inscrições serão publicadas no Portal Institucional do Campus, de acordo com o cronograma estabelecido pela Comissão Eleitoral.

Art. 8º O período de inscrição precisará constar no cronograma elaborado pela Comissão Eleitoral.

Seção II
Da Votação

Art. 9º A votação para os cursos ofertados na modalidade EaD ocorrerá em ambiente definido em edital específico.

Art. 10 A votação poderá ocorrer presencialmente, nos campi que realizarem a eleição, em locais e horários a serem divulgados pela Comissão Eleitoral, instituída por portaria da Direção Geral do Campus, ou de forma online, por meio digital definido em edital específico pela Comissão Eleitoral do Campus.

Art. 11 A data de votação e a relação dos eleitores habilitados deverá constar no Cronograma apresentado pela

Comissão Eleitoral.

Art. 12 O(a) eleitor(a) poderá votar em apenas um(a) (01) candidato(a) na cédula de votação, sendo-lhe facultada a opção em branco.

§ 1º No ato da votação, todos os eleitores deverão apresentar um documento oficial de identificação com foto.

§ 2º Em caso de eleição presencial, o eleitor que estiver na fila de votação no horário determinado para seu encerramento receberá uma senha para garantir o direito do voto. Em caso de votação online, as normas serão definidas em edital específico.

§ 3º Não será permitido o voto por procuração.

§ 4º Utilizar-se-á o setor de lotação do servidor como definição para votação.

§ 5º Nos casos onde não exista votação na Lotação SIAPE do servidor, considerar a qual coordenação de curso ou Área o servidor já esteve lotado mais recentemente, conforme aba “histórico nos Setores” no SUAP.

Art. 13 Os nomes dos candidatos figurarão nas células oficiais na ordem alfabética.

Art. 14 Deverá ser constituída uma Mesa Receptora, designada pelos membros da Comissão Eleitoral (Portaria emitida pela Direção Geral do Campus), para captação dos votos, sendo assegurada a participação de 01 (um) docente ou 01 (um) técnico-administrativo e 01 (um) discente, dentre os quais a Comissão Eleitoral escolherá os mesários.

I - Os componentes da Mesa Receptora serão dispensados de suas atividades normais na instituição no dia e hora que lhes forem designados, sendo-lhes atribuídas faltas em caso de ausência ou abandono da mesa.

II - A Mesa Receptora funcionará em lugar de fácil acesso e visibilidade do público, onde os eleitores assinalarão suas preferências na cédula.

Art. 15 À Mesa Receptora compete:

I - Identificar o eleitor através de documento oficial com foto e colher a sua assinatura na lista de votação;

II - Receber os votos dos eleitores;

III - Manter a ordem.

Art. 16 A Comissão Eleitoral providenciará os seguintes materiais:

I - Relação de eleitores habilitados, conforme Art. 11;

II - 01 (uma) urna por secção eleitoral, com identificação do curso ou da área;

III - Cédulas oficiais;

IV - Outros materiais que forem necessários para regular o funcionamento da Mesa.

Art. 17 Encerrada a votação caberá à Mesa:

I - Lacrar a urna;

II - Lavrar a ata da eleição, fazendo constar:

a) Os nomes dos membros da Mesa Receptora;

b) O número de eleitores que compareceram e votaram e o número dos que deixaram de comparecer.

CAPÍTULO IV

DA APURAÇÃO E RESULTADOS DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 18 Encerrada a votação, as urnas serão lacradas e a apuração acontecerá no mesmo dia, sendo facultada a presença dos candidatos ou seus representantes previamente credenciados junto à Comissão Eleitoral.

Art. 19 Será considerado(a) eleito(a) o(a) candidato(a) que obtiver o maior percentual de votos após a apuração do resultado final da votação, observando o peso para cada segmento, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para servidores aptos a votar e de 50% (cinquenta por cento) para discentes aptos a votar. A fórmula para cálculo dos pesos de cada segmento está demonstrada a seguir:

§ 1º $TVn (\%) = 100 \times [(1/2) \times (SERn/SERtotal) + (1/2) \times (DISn/DIStotal)]$, sendo:

I - $TVn (\%)$ = total de votos obtidos pelo candidato “n” em percentual, que será calculado com aproximação de duas casas decimais, seguindo as regras gerais de arredondamento; No qual: n=1 é o candidato “1”; n=2 é o candidato “2”; n=3 é o candidato “3” e assim até n=n, sendo o candidato “n”;

II - $SERn$: quantidade de votos para o candidato “n” no segmento servidores;

III - $SERtotal$: total de eleitores do segmento servidores aptos a votar;

IV - $DISn$: quantidade de votos para o candidato “n” no segmento discente; e

V - $DIStotal$: total de eleitores do segmento discente aptos a votar.

Art. 20 A consulta dar-se-á em turno único e, em havendo empate entre os candidatos, o critério de desempate deverá obedecer aos requisitos na seguinte ordem:

I - Maior tempo de vínculo com a Coordenação de Curso ou Coordenação de Área.

II - Maior tempo de serviço no Campus.

Art. 21 Da Apuração dos votos em Eleição Online: A apuração dos votos será realizada de forma automática, por meio da extração do relatório gerado pelo sistema eletrônico utilizado para a votação. A apuração ocorrerá imediatamente após o encerramento do pleito ou no dia seguinte, conforme horário de término previsto.

Parágrafo único. Os horários e procedimentos específicos relativos à apuração constarão em edital próprio, a ser elaborado e publicado pela Comissão Eleitoral constituída para conduzir o processo.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 Nos casos de programas e projetos que o IFPB faça adesão, a escolha da coordenação, quando não prevista em regulamentação própria, ficará a cargo do gestor máximo da Instituição ou do Campus, a indicação da coordenação.

Art. 23 Os mandatos dos coordenadores eleitos serão de dois anos, contados a partir da data de publicação da portaria de designação para a função no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 24 Para cursos em processos de implantação, conforme previsto em regulamentação própria, ocorrerá a indicação de coordenação pró-tempore por dois anos, seguida de eleição.

Art. 25 Em caso de vacância da função será designado um docente do Curso/Área para exercer a função de coordenador(a) e novas eleições deverão ser realizadas num prazo máximo de 60 dias.

Art. 26 A Comissão Organizadora divulgará os atos pertinentes ao processo eleitoral nos meios de comunicação do Campus.

Art. 27 As atribuições e competências referentes a função de Coordenador de Curso, estão dispostas no Art. 166, parágrafo único do Regimento Geral do IFPB.

Art. 28 O Cronograma do processo de consulta obedecerá ao calendário próprio elaborado pela Comissão Eleitoral de cada Campus.

Art. 29 Os casos omissos neste Regulamento, quando relacionados ao processo eleitoral tradicional, serão analisados e deliberados pela Comissão Eleitoral instituída. Nos casos em que não houver candidatos e o processo se der por indicação da Direção de Desenvolvimento de Ensino (DDE), mediante convocação de reunião com os docentes da respectiva área ou curso, a deliberação caberá à referida Direção.

Parágrafo único. Em ambas as situações, caberá recurso ao Conselho Diretor do Campus e, em última instância, ao Conselho Superior (CONSUPER) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Art. 30 Da Reeleição: O(a) ocupante do cargo de coordenador(a) de curso ou de Coordenador(a) de Área poderá ser reconduzido(a) ao mesmo cargo, por meio de nova eleição ou indicação, apenas uma vez de forma consecutiva, observado o disposto nesta Resolução.

§ 1º A reeleição dar-se-á mediante novo processo eleitoral, nas mesmas condições estabelecidas para os demais candidatos(as).

§ 2º Após duas gestões consecutivas no mesmo cargo, o(a) servidor(a) somente poderá candidatar-se ou ser indicado novamente para a mesma função após intervalo mínimo de uma gestão completa.

§ 3º O tempo de exercício do cargo por período inferior a metade do mandato não será considerado para fins de reeleição.

§ 4º Na ausência de processo eleitoral por falta de candidatos(as), a Direção de Desenvolvimento de Ensino poderá indicar um(a) servidor(a) para assumir o cargo, ainda que este(a) já tenha exercido dois mandatos consecutivos.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Mary Roberta Meira Marinho, REITOR(A) - CD1 - REITORIA**, em 25/06/2025 19:35:10.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/06/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 728637
Verificador: 6e559e1398
Código de Autenticação:



Av. João da Mata, 256, Jaguaribe, JOÃO PESSOA / PB, CEP 58015-020
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-9706